

Transigências docentes e circunstâncias profissionais

Robson Sueth

Universidade Federal Fluminense (Brasil)

Resumo

Foram objetivos do texto evidenciar e discutir as circunstâncias nas quais o professor se comporta ou é compulsoriamente levado a se comportar segundo as atitudes de transigência no trabalho, para contemplar orientações direcionadas, decididas por instâncias oficiais nas esferas públicas e privadas, e ordenações superiores de instituições contratantes. Caracteriza-se como um ensaio descritivo exploratório fundamentado nos conceitos de disciplina e controle de Foucault (2014) e Deleuze (1992), nos achados das pesquisas de Sueth (2017; 2023), em publicações científicas pertinentes e na técnica de observação participante natural. Segundo as formas de transigências evidenciadas e as circunstâncias nas quais se desenvolvem em seu ambiente de trabalho, o professor é submetido com pouca ou nenhuma chance de resistência.

Palavras-chave: Transigência docente. Circunstâncias profissionais. Trabalho docente. Subordinação docente.

1

Transigences of teacher and professional circumstances

Abstract

The objective of this text was to demonstrate and discuss the circumstances in which the teacher behaves or is compulsorily led to behave according to attitudes of tolerance, at work, to contemplate targeted guidelines, decided by official bodies in the public and private spheres, as well as higher orders of contracting institutions. This is characterized as an exploratory descriptive essay grounded in the concepts of discipline and control by Foucault (1981; 1988; 2014) and Deleuze (1992), in the findings research of Sueth (2017; 2023), in other relevant scientific publications, and in the technique of natural participant observation. According to the forms of tolerance evidenced and the

circumstances in which they develop in their work environment, the teacher is subjected to these situations with little or no chance of resistance.

Keywords: Teaching tolerance. Professional circumstances. Teaching work. Teaching subordination.

Tolerancias docentes y circunstancias profesionales

Resumen

Los objetivos de este estudio fueron resaltar y discutir las circunstancias en las que el docente se comporta o es obligado a comportarse según actitudes de tolerancia, en el trabajo, contemplando pautas específicas, decididas por órganos oficiales del ámbito público y privado. así como órdenes superiores de instituciones contratantes. Este ensayo se caracteriza por ser exploratorio descriptivo, basado en los conceptos de disciplina y control de Foucault (2014) y Deleuze (1992), en los hallazgos de las investigaciones de Sueth (2017; 2023), en publicaciones científicas relevantes y en la técnica de la observación participante natural. Según las formas de tolerancia evidenciadas y las circunstancias en las que se desenvuelven en su entorno laboral, el docente se ve sometido a estas situaciones con escasa o nula probabilidad de resistencia.

2

Palabras clave: Tolerancia docente. Circunstancias profesionales. Trabajo docente. Subordinación decente.

Considerações iniciais

Não é recente a constatação da condição subalternizada do professor em qualquer nível de escolarização que se decida pesquisar. É facilmente percebida, tanto pela violência concreta ou simbólica empregada por dirigentes dos sistemas hegemônicos de ensino quanto pela precarização das condições de trabalho denunciada por pesquisas científicas nos variados ambientes profissionais nos quais o professor exerce suas funções.

Também não se pode ignorar seu comportamento de assujeitar-se a essa circunstância, seja pelos mecanismos de disciplina e controle aos quais é submetido, seja pela tradição trabalhista que o subordina aos interesses da

instituição e do patrão, seja pela humilhante situação a qual precisa suportar para manter sua contratação e sobrevivência ou para evitar, pela insurgência, os processos de pressão e discriminação por aqueles favorecidos com recompensas corporativas ou acomodados pela assimilação da realidade imposta e sua respectiva adaptação, ou, ainda, por outros que desistiram da luta resistente e infrutífera contra sistemas injustos, seja por tantas outras justificativas possíveis que ameaçam o exercício da autenticidade profissional e humana.

O termo transigir tem a ver com atitudes de contemporização, condescendência, tolerância e de ceder às vontades e/ou exigências de outra pessoa (Oxford, 2025; Priberam, 2025). Parece que as pessoas que empregam essas atitudes, por várias razões, podem estar vivendo em uma realidade em que lhes seja mais conveniente e que decidem ser identificadas como aquelas sobre as quais se espera ou se deseja que sejam, e não como verdadeiramente são ou podem ser em certas situações. Um tipo de inautenticidade admitida.

No ambiente profissional do professor, qualquer observador, mesmo sem critérios preestabelecidos, consegue perceber que a transigência está mais condicionada à relação hierárquica entre docentes e esferas administrativo-pedagógicas do que na prática educativa com seus alunos. O professor tem sido afetado com exigências e pressões, que, além dos resultados relacionados ao desempenho dos alunos, também tem a corresponsabilidade pelo alcance de padrões e determinações institucionais oficialmente estabelecidos, que buscam a excelência da educação pretendida e por ele praticada. Um permanente ambiente profissional de cobranças diretas e de ameaças objetivas e subliminares.

A intenção deste texto é descrever certas situações experienciadas por professores no exercício de suas atividades técnicas e operacionais, nas quais ficam caracterizadas as circunstâncias que podem ser interpretadas como inevitáveis ou não enfrentadas, se seu comportamento profissional, alicerçado em atitudes justas e autênticas, for compreendido como contrário aos interesses institucionais e que, por essa razão, venham a desencadear ameaças, tratamento preconceituoso, correndo o risco de consequências pessoais com prejuízos concretos.

Tem por objetivo evidenciar e discutir as circunstâncias nas quais o professor precisa se comportar ou é compulsoriamente levado a se comportar segundo as atitudes que caracterizam a transigência em seu ambiente de trabalho, visando a contemplar orientações direcionadas, decididas por instâncias oficiais que regem e avaliam a educação nas esferas públicas e privadas, e aquelas desencadeadas em forma de ordenações superiores de suas instituições contratantes.

Essas orientações, que se configuram como determinações que têm de ser obedecidas, podem se situar em um contexto que se desdobra em variáveis que constituem a realidade profissional do professor. Entre outras, estão (1) a produção docente e as políticas de avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior – Capes; (2) a imposição do currículo e livros didáticos no ensino fundamental; (3) a falta de autonomia pedagógica na esfera privada e o cumprimento de programas de disciplinas já elaborados; (4) a submissão às instituições perante as determinações oficiais; (5) as regras e políticas de publicação bibliográfica; (6) as condições de atuação na educação a distância – EaD; (7) o disciplinamento do uso das tecnologias de informação e comunicação – TIC; (8) a condução do processo educativo segundo variados interesses políticos, administrativos e legais; e (9) a intensificação e precarização do trabalho docente.

Este texto está fundamentado nos conceitos de disciplina e controle de Foucault (2014) e Deleuze (1992); nos achados das pesquisas de Sueth (2017; 2023); na técnica de observação participante natural; na pesquisa bibliográfica com as contribuições de pesquisadores acadêmicos; nos procedimentos do estudo descritivo exploratório inferencial ao relacionar as características das situações descritas com as argumentações que buscam dar conta da análise realizada e na técnica de observação participante natural, por meio da qual este autor-pesquisador considera os dados registrados de sua vivência e experiência docentes, ao longo dos 36 anos de sua trajetória profissional como docente, cujo propósito é apresentar a fundamentação das discussões procedidas, evidenciando as condições de transigência docente praticada.

A estrutura formal do texto está organizada em seções. Entre as considerações iniciais e as considerações finais, as seções têm as finalidades de

(1) fundamentar as categorias disciplina e controle (Foucault, 2014) e Deleuze (1992), que têm submetido professores em suas atividades profissionais (Sueth, 2017; 2023) e de (2) explicitar as variáveis que configuram as circunstâncias nas quais a transigência docente se desenvolve.

Disciplina, controle e subordinação docente

O comportamento subalternizado do professor diante de certas situações que conformam seu ambiente de trabalho, seja por determinações de órgãos oficiais da educação, seja por decisões administrativo-pedagógicas das instâncias superiores de instituições de ensino às quais está vinculado profissionalmente, encontra correspondência nos mecanismos de disciplina e controle formulados por Foucault (2014) e Deleuze (1992).

De acordo com Foucault, o poder disciplinar está centralizado no corpo dos indivíduos, pela individualização, produzindo, o que declarou, “[...] corpos submissos e exercitados, corpos dóceis [...]”, e que servem ao sistema capitalista de produção (Foucault, 1988, p. 126-127). Isso configura indivíduos identificáveis, visíveis e controlados, segundo os mecanismos disciplinares e seus desdobramentos.

A respeito da sociedade disciplinar, Sueth (2017), afirma que Foucault entendia práticas de poder-saber constituindo-se em um sistema de dominação e aperfeiçoamento gradual e contínuo dos indivíduos e do corpo social (poder disciplinar), empregando o confinamento em espaços individualizados, para formar e transformar o indivíduo e disciplinar suas capacidades (adestramento de gestos e atitudes, regulação de comportamentos e hábitos); a vigilância hierárquica e o exame contínuos e permanentes, para condicionar e classificar o homem pelo controle do espaço, do tempo e da sexualidade e, simultaneamente, aumentar a utilidade e força econômica do corpo e diminuir sua capacidade de resistência política (Foucault, 1988).

Foucault (2014), ao se referir à disciplina no livro *Vigiar e punir*, evidencia-a como um mecanismo que emprega métodos de controle minucioso das atividades do corpo, tornando-o submisso por sujeição, demonstrando um comportamento dócil e útil, tendo em vista o poder de disciplinar a

capacidade de transformar o corpo em força de trabalho submetido ao sistema político de dominação.

Foucault apresenta três características que demonstram íntima relação umas com as outras, que esclarecem o poder disciplinar, segundo suas formas de atuação. A primeira delas estabelece a ligação da disciplina com a organização do espaço, de maneira que organiza os corpos em espaços individualizados, classificatórios e combinatórios, determinando o isolamento das pessoas em ambientes fechados hierarquizados e esquadinhados, objetivando a execução de atribuições diferentes e específicas; a segunda característica controla o tempo pela rapidez e eficácia, submetendo o corpo, visando à obtenção da produtividade, pela premissa de que o processo que evidencia o desenvolvimento da atividade é mais importante que seu resultado, considerando a forma como ocorre o uso das ferramentas em sua realização; e a terceira característica, a mais importante delas, é a vigilância que atua sobre as pessoas em todos os lugares, de maneira contínua, duradoura, ininterrupta e ilimitada (Machado, 1981).

6

A sociedade de soberania tem lastro no poder real, desde a Idade Média, o que também influenciou o pensamento jurídico. Como exemplo desse poder, têm-se o suplício e o esquartejamento em praça pública. "[...] soberania e disciplina, direito da soberania e mecanismos disciplinares são duas partes intrinsecamente constitutivas dos mecanismos gerais do poder em nossa sociedade" (Foucault, 1981, p. 190).

De acordo com Sueth (2023), por essa citação, a noção da "verdade" vincula-se aos sistemas de poder que a produzem e reproduzem; e, no caso deste texto, nas instituições de ensino e, principalmente, na universidade, como locais idealizados e convencionados de produção e transmissão da "verdade". As determinações oficiais desdobradas dos interesses institucionais, possuem, relativamente aos professores, papel central na divulgação de um discurso que estabelece como deve ser seu comportamento e desempenho e, também, dos alunos.

Sueth (2017), esclarece que, nos processos de subjetivação, Foucault leva em conta as diferentes formas de constituição dos indivíduos e das coletividades, estabelecida por um movimento permanente entre um dentro e um fora que, ao mesmo tempo, precisa da espontaneidade rebelde criativa

possibilitadora do devir, capaz de escapar aos saberes e aos poderes constituídos, ditando novas conexões e significados, novas maneiras de pensar e agir, e da submissão a um referente mecanismo de vigilância, controle e modulação, nas instituições disciplinares como as fábricas, os sindicatos e as próprias universidades (Deleuze, 1992). Assim, o poder e a resistência se conectam na medida em que, onde há poder, há resistência, entendendo-se, aí, as práticas de resistência como o outro lado do poder ou seu reverso.

Admite-se que Foucault foi o pensador da sociedade disciplinar configurada pela técnica do confinamento, em locais como hospitais, prisões, escolas e fábricas, que inaugurou a análise da transformação da sociedade disciplinar (moderna) para a sociedade de controle (contemporânea). Também foi um dos primeiros a abordar a crise das disciplinas e das instituições disciplinares, na contemporaneidade, a partir da Segunda Guerra Mundial (Paula; Sueth, 2015, p. 123). Nesse sentido, Deleuze afirma:

7

Encontramo-nos numa crise generalizada de todos os meios de confinamento, prisão, hospital, fábrica, escola, família [...] os ministros competentes não param de anunciar reformas supostamente necessárias. Reformar a escola, reformar a indústria, o hospital, o exército, a prisão; mas todos sabem que estas instituições estão condenadas, num prazo mais ou menos longo. Trata-se apenas de gerir a sua agonia e ocupar as pessoas, até a instalação das novas forças que se anunciam. São as sociedades de controle que estão substituindo as sociedades disciplinares (Deleuze, 1992, p. 220, grifos do autor).

Pela ação do biopoder, um tipo de poder muito mais sutil, atuando no poder disciplinar e, também, exercido no contexto do poder soberano, não há como admitir a inexistência do poder disciplinar. Na atualidade, percebe-se o controle em todos os lugares sem muros e sem confinamento, como na sociedade disciplinar, agora exercido por meio de câmeras e das tecnologias mais modernas, alcançando cada um de nós onde quer que estejamos. Não há como escapar do controle, independentemente da forma como atua na sociedade, na universidade e nas escolas (Sueth, 2023).

Por exemplo, pelos argumentos elaborados no presente texto, estamos todos subordinados e visivelmente sofrendo interferências diretas no exercício da autonomia, considerando as atividades de ensinar e aprender,

sejamos gestores educacionais, professores e alunos. Estamos submetidos ao controle contínuo, ilimitado, de curto prazo e de rotação rápida.

Enquanto o poder disciplinar era de longa duração, infinita e descontínua, sendo percebido um recomeço nos ambientes em que atuava (da família à escola, da escola à fábrica), no controle seja na empresa, na formação em serviço ou na formação permanente, nada é finito (Paula; Sueth, 2015, p. 124). “Não se está mais diante do par massa-indivíduo. Os indivíduos tornaram-se ‘dividuais’, divisíveis, e as massas tornaram-se amostras, dados, mercados ou ‘bancos’” (Deleuze, 1992, p. 222, grifos do autor).

A educação, regida pela sociedade de controle, revela situações como a implantação da ideia de empresa, em diversos tipos de escolarização; o princípio modulador do “salário por mérito”; as formas de controle contínuo e avaliação contínua; a formação permanente em substituição à escola; e o abandono da pesquisa na universidade. O controle também interfere no acesso à informação; nos sujeitos tidos como dados de mercado; à distância, no monitoramento de comunicações, no endividamento bancário e cartões de trocas flutuantes; na produção intelectual por meio do financiamento, das políticas de fomento e de avaliação (Deleuze, 1992), e na autonomia dos professores por meio do cumprimento de determinações administrativo-pedagógicas, de normativas oficiais, de decisões de práticas educativas impostas de cima para baixo, de modismos sem fundamentação prática, levando-se em conta as realidades para as quais são direcionadas, de orientações diversas sobre as atividades docentes, conduzindo o comportamento de professores e alunos no processo de ensino-aprendizagem.

Sueth (2017), afirma que o poder disciplinar, o biopoder e as estratégias mais sutis de controle atuando juntos, no sentido da normalização e do enquadramento dos corpos e das mentes. O trabalho na universidade conformado cada vez mais pelas políticas de avaliação, que se exercem comprometendo a autonomia intelectual, atingindo o corpo dos professores-pesquisadores individualmente e as populações de pesquisadores, analisados coletivamente. No caso do presente texto, interfere diretamente no desempenho docente, alcançando as metodologias e as ferramentas de avaliação da aprendizagem na condução do trabalho docente e nas atitudes autônomas dos professores, submetendo-os.

Contextos das transigências docentes

O ambiente de trabalho tem sido o principal, senão o único, cenário no qual são registradas as circunstâncias que caracterizam as transigências docentes e os impedimentos de esses profissionais se posicionarem com autenticidade e de tomarem decisões de acordo com seus princípios, valores, caráter e escolhas pessoais, mesmo que enfrentando as devidas consequências.

Esse tipo de contexto profissional constitui-se tal qual um sistema de vigilância e controle pelo recrutamento de indivíduos convenientemente regulados, cuja consequência está em sua captura como mais um agente controlador do contexto laborativo e mantenedor do comportamento assujeitante, abrangendo quase toda a realidade objeto do controle.

Na pós-graduação *stricto sensu*, uma das formas de vigilância do trabalho docente está caracterizada pelo controle da produção do professor-pesquisador, tendo as políticas de avaliação da Capes exercido o papel regulador rigoroso, determinando a quantidade de produtos bibliográficos elaborados por docente no período de quatro anos, por ocasião do processo de avaliação das condições de funcionamento dos programas de pós-graduação e dos artigos publicados em veículos bem avaliados pela plataforma *Qualis*.

Essa realidade de subordinação docente e do trabalho docente no contexto da produção bibliográfica na pós-graduação *stricto sensu*, pela avaliação da Capes, foi constatada por Sueth (2017) com um elenco de situações fundamentadas que constituem essa realidade: uma situação que está dada e naturalizada pela comunidade acadêmica, apesar da discordância sobre a padronização do modelo de avaliação; um processo fortemente influenciado pelas áreas que compõem as ciências duras; um contexto no qual não se observa qualquer interesse dos docentes para, ao menos, discutirem-se possibilidades de alterá-lo; um processo conduzido em um regime de subalternização que tolhe a autonomia do pesquisador; e um processo de avaliação, sobretudo, segundo a subjetividade incontestável de comissões de avaliadores da Capes, a partir de uma realidade descrita objetivamente.

No geral, não foram observadas formas de resistência por parte dos professores das esferas pública e privada com relação à perda da autonomia, falta de oportunidades de expressar dificuldades, opiniões, insatisfações ou dúvidas por estarem frequentemente sendo pressionados quanto a sua produtividade. Há assujeitamento diante dos critérios de produtividade, havendo um sentimento de que é preciso acatá-los sob o risco do descredenciamento do docente, pelo fato de não ter sido produtivo e de também prejudicar o programa de pós-graduação ao qual está vinculado. Os pesquisadores reclamam e socializam suas reclamações com seus pares, mas, cumprem os critérios de produtividade. Já é uma situação naturalizada. Deve haver adequação ou descredenciamento da pós-graduação. “[...] e, na esfera privada, o descredenciamento gera desemprego e os professores se comportam de maneira a se protegerem, lançando mão de estratégias de proteção coletiva, tais como as coautorias em produções bibliográficas” (Sueth, 2017, p. 356-357).

10

Além da transigência identificada nessa circunstância no ambiente profissional da pós-graduação, Sueth (2017) constatou outras situações desse contexto. Por conta da realidade impositiva por publicação, os professores da esfera pública e da esfera privada são pressionados permanentemente pelo sistema de avaliação da pós-graduação, o que tem acarretado adoecimento, afetando sua saúde física e mental e produzindo sofrimento, de acordo com Dejours (1992; 2007). Também, por receberem tratamento discriminatório, nos casos de não corresponderem à lógica da produtividade, passam por processos de estigmatização, segundo Goffman (2004).

A circunstância caracterizada pela imposição do currículo e dos livros didáticos no ensino fundamental, tem sido uma situação presente no contexto de minhas preocupações, desde 1996, estudando Teorias do Currículo no curso de doutorado em educação na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Nesse ano, realizei uma pesquisa com professores das redes estadual e municipal no município de Duque de Caxias, RJ, constatando a ausência de suas participações na elaboração do currículo escolar e na seleção dos livros didáticos para uso no ensino fundamental.

Em 2006, repeti a pesquisa no mesmo município e obtive os mesmos resultados de 1996. Não publiquei os resultados dessas duas pesquisas.

Diante da necessidade de fundamentação dessa realidade por meio de uma publicação, encontrei o estudo de Garcia (2017), que confirma os dados daquelas pesquisas, ao afirmar que na construção do currículo “[...] mesmo quando não sejam convidados para essa atividade é preciso mobilização social para a aproximação, revelando interesse em participar de algo que é parte do trabalho pedagógico” (Garcia, 2017, p. 120).

A frase destacada na citação de Garcia (2017), evidencia que os professores não participam regularmente da elaboração do currículo escolar, confirmando mais uma situação de transigênciam docente, entendendo, dessa forma, a decisão de renunciar a uma prerrogativa de suas atribuições técnicas, que, além de importante e necessária, contribui com o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem o mais próximo possível de uma realidade mais autêntica e percebida.

Ainda nesse contexto, a Universidade Texas A&M (EUA) interfere no trabalho docente com diretrizes curriculares que restringem o tratamento de temas ligados a raça e gênero, orientando um professor de filosofia a retirar textos de Platão de sua disciplina para a adequação formal às normas do sistema, às vésperas do início do semestre, gerando insegurança entre os docentes quanto ao que podem ou não lecionar. Isso produz um ambiente de censura, empobrecimento curricular e fragilização do trabalho docente, ao mesmo tempo que transforma a sala de aula em espaço de disputa política institucionalizada (Sob novas regras curriculares..., 2026).

A perda da autonomia pedagógica na esfera privada é mais uma circunstância percebida no trabalho docente. Por exemplo, os programas de disciplina já estão elaborados e ao professor só se permite cumpri-los. Poucas são as oportunidades de empregar metodologias próprias e procedimentos de avaliação pertinentes. Na quase totalidade dessa prática, as coordenações as indicam com base nas decisões das esferas superiores institucionais, e sem a participação dos docentes. Até mesmo a reprovação de alunos, por vezes, precisa passar pelas considerações da autoridade constituída no âmbito de instâncias acadêmicas superiores.

Na pesquisa de Braga (2015, p. 94), entrevistando professores do ensino superior de uma instituição de ensino privada, foi possível verificar que os docentes consideram excessivo o controle exercido sobre sua atividade,

o que, muitas vezes, acaba por interferir em seu desempenho em sala de aula. Por um esquema normatizado e organicamente instalado, são ativados mecanismos de controle que se iniciam desde a obrigatoriedade do ponto eletrônico, o cumprimento dos conteúdos curriculares previamente programados, até a obtenção de resultados que objetivam o alcance das metas preestabelecidas para que o processo de ensino se conclua.

Essa autora também informa que esse funcionamento implica o enquadramento no regime de vigilância dos professores e dos alunos, que se dá pelo controle contínuo que ocorre ao longo do processo do trabalho do professor; que a administração da metodologia adotada leva em conta o cumprimento dos programas das disciplinas para que não exista contradição entre o tempo determinado por esses programas e a aplicação dos conteúdos, que chegam às mãos dos professores e dos alunos logicamente distribuídos por meio de material impresso ou pela internet; e que nesse processo, os professores e os alunos envolvidos devem acatar os prazos determinados para a postagem dos exercícios via web, para que efetivamente o ciclo do trabalho do professor e do aprendizado do aluno seja completado (Braga, 2015).

12

Ainda, para essa autora, em sequência, são programadas várias atividades que devem ser cumpridas pelos professores e pelos alunos, para que esses conteúdos sejam incorporados às provas elaboradas por equipes de professores coordenadores das disciplinas, que determinam o currículo de cada um dos cursos ofertados, que são subordinados a uma coordenação central de cada campus e responsáveis também pela logística de controle sobre os conteúdos a serem aplicados em cada curso. Essa organização se apresenta como uma estrutura mecânica de uma fábrica que funciona sob o regime de que todos devem saber o que têm que fazer (Braga, 2015).

No desenho desse regime, o controle e o disciplinamento das ações que os professores devem adotar em sua prática pedagógica são ampliados para conformar o conteúdo de cada disciplina a cada aula, utilizando a metodologia sequencialmente ordenada para que se efetive o processo de ensino rigidamente controlado. Isso porque, de acordo com essa autora, as provas são elaboradas pelos professores pelo acesso ao banco de questões disponível no sistema, levando em conta os conteúdos predeterminados nos planos de aula de cada disciplina (Braga, 2015).

A extensão na aplicação desse processo de controle disciplinar evidencia-se pelo uso de câmeras de vídeo instaladas nos corredores, nas salas de aula e na sala onde os professores se encontram na entrada e no intervalo das aulas para a marcação do ponto eletrônico. Esses procedimentos, somados aos demais controles instituídos, tornam mais clara a prática da vigilância intensiva sobre os docentes (Braga, 2015).

A submissão do professor às determinações das instituições perante as decisões oriundas dos órgãos oficiais de ensino, também é circunstância que desencadeia a transigência docente. Isso ficou bem evidenciado durante a pandemia pelo coronavírus, a partir do ano 2020.

De acordo com Sueth (2023), as medidas preventivas impostas aos processos educacionais durante o período mais severo da pandemia pelo coronavírus, modificaram as formas de ensinar e aprender em todas as instituições de ensino no País, interferindo decisivamente no trabalho docente em todos os níveis de escolarização e, também, alterando o ambiente de estudo e o comportamento dos estudantes no cumprimento das atividades sugeridas. Metodologias e práticas de ensino e aprendizagem foram introduzidas e procedimentos de avaliação alterados em razão de uma nova norma que evitasse a interrupção, por longo tempo, da programação educativa e consequente promoção dos estudantes de acordo com a seriação organizada nos diversos cursos da dimensão educacional brasileira.

De cima para baixo, a introdução das metodologias remotas, pelos gestores das instituições de ensino superior, não levou muito em consideração o ambiente favorável e adequado à aprendizagem com relação à preparação técnica do professor e de suas condições e, também dos alunos no caso de possuírem computadores e internet contratada para a realização das aulas virtuais. Dificuldades para desenvolver os tipos de atividades sugeridas durante a pandemia foram percebidas por alunos desde o ensino fundamental até o ensino superior (Sueth, 2023).

Segundo esse mesmo autor, foram mudanças drásticas pelo fato de professores e alunos não estarem acostumados nem preparados para essa mudança abrupta da modalidade de ensino, estudo e aprendizagem com o emprego das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e das metodologias em ambiente virtual e remoto. Por outro lado, foi possível perceber

que as imposições investidas do poder administrativo-pedagógico sobre professores e alunos, na verdade, nas entrelinhas, queriam dizer frases do tipo: “A situação é essa. Dê o seu jeito para resolvê-la. A forma de ensinar, estudar e aprender é essa e pronto [...]”, não permitindo, dessa maneira, a sugestão de quaisquer alternativas pelos professores. Note-se, então, a ausência de resistência por dirigentes escolares, professores e alunos, segundo as características enunciadas por Foucault no que se refere a uma inicial rejeição da situação apresentada e, em seguida, à criação de possibilidades para substituí-la; não fazer dessa forma, fazer de outra forma (Sueth, 2023, p. 108-109).

As regras e políticas de publicação bibliográficas estabelecidas pelos veículos de publicação apresentam-se como mais uma circunstância na realidade das transigências docentes. O professor-pesquisador a elas se submete e até cria mecanismos para contemplá-las, tendo, às vezes, de se desviar de suas linhas originais de pesquisa para poder publicar e amenizar a pressão sofrida pelos coordenadores dos programas de pós-graduação nos quais está credenciado, com relação à quantidade de textos que tem de produzir no quadriênio objeto de avaliação pela Capes.

14

Um dos achados da pesquisa de Sueth (2017) é a diferenciação entre as revistas por conta das especificidades das linhas editoriais e das publicações que elas contemplam. Um ponto forte observado foi a questão entre a oferta e a demanda, que acaba por determinar um estrangulamento para a publicação. A subjetividade com relação à qualidade dos artigos, consideradas as diferentes perspectivas dos pareceristas, pode acarretar uma homogeneização das publicações. A pressão por produtividade vai viciando os autores a empregar certas artimanhas em seus artigos visando à publicação em periódicos bem qualificados. Deduz-se, então, que, em vez de se escoarem os resultados das pesquisas para um periódico apropriado a sua temática, acaba-se por ajustar o texto do artigo à linha editorial dos periódicos mais qualificados para cumprir as exigências do produtivismo acadêmico.

Esse autor ainda destacou a subalternização do pesquisador aos critérios de classificação dos periódicos; a pressa na cobrança por publicação, ignorando-se o tempo necessário para o amadurecimento dos resultados das pesquisas por meio das análises e discussões pertinentes; o engessamento provocado pelo modelo de elaboração dos artigos como se fossem

objetos de consumo que devem contemplar um padrão de discurso que, se não cumprido, resulta na não publicação do texto, não havendo a pontuação segundo os critérios de produtividade da Capes (Sueth, 2017).

Outra circunstância se evidencia nas condições de atuação docente na EaD. O professor, sem autonomia, tem de aplicar a programação que já recebe organizada, as metodologias selecionadas, os exercícios direcionados e os procedimentos de avaliação prontos com as respectivas respostas ou soluções. Vale destacar que as atividades têm a finalidade de treinar o aluno para resolver as questões avaliativas de acordo com as estratégias praticadas, num processo de condicionamento com características behavioristas, ou seja, por meio de um comportamento treinado.

O material de estudo, composto por conteúdos, atividades diversas e instrumentos de avaliação, já foi elaborado por um professor conteudista. Ao professor tutor cabe sua aplicação, atuando como um intermediador entre a instituição de ensino e o aluno e, também, entre o material didático correspondente e o aluno.

Para atuar na função de tutor, professor ou coordenador, recebem bolsas cujos valores variam de R\$ 1.100 a R\$ 2.100, de acordo com a Portaria Capes 183/2016, que regulamenta a concessão de bolsas pela Universidade Aberta do Brasil (UAB), por meio Lei 11.273/2006, valores estes reajustados em 2023. Precisa ser, no mínimo, graduado em cursos de licenciatura e com experiência no magistério entre um e três anos. Esses valores podem sofrer aumento nas instituições privadas.

Agudizando a condição de atuação docente passiva nas instituições privadas, considerando que a EaD proporciona a redução de 50% do tempo para a qualificação profissional e custos institucionais reduzidos em 60% comparados aos cursos presenciais (Quartiero; Cerny, 2005), o Ministério da Educação, em dezembro de 2019, pela Portaria 2.117, oficializa a oferta de carga horária na modalidade de EaD, aumentando de 20% para 40%, em cursos de graduação presenciais ofertados por IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino, incluindo as instituições privadas e excetuando o curso de medicina. Isso gerou o aumento de alunos em sala de aula, a repentina redução da carga horária contratada com professores e a demissão de milhares de professores do sistema privado de ensino superior no País (Sueth, 2023).

Outra circunstância se refere ao disciplinamento do professor quanto à imposição do uso das TIC em suas aulas. Não obstante a realidade descrita por Sueth (2023), por ocasião da pandemia pelo coronavírus, substituindo as aulas presenciais por aulas remotas sem que houvesse a apreciação das condições técnicas e de recursos tecnológicos do professor para desenvolver novas metodologias, na prática, subentende-se que todo professor está ou deve estar preparado para cumprir qualquer determinação institucional e mudanças metodológicas vinculadas ao processo educativo. É possível constatar professores se endividando para realizar cursos na área de tecnologia, obter equipamentos e contratar internet de ponta visando ao cumprimento das exigências que lhes são atribuídas.

Esses investimentos apoiam-se em argumentos persuasivos visando ao convencimento do professor, de que se trata de uma oportunidade de adquirir cidadania digital, da possibilidade de se desenvolver profissionalmente e de contemplar uma necessidade pedagógica da qual não pode se esquivar. Nesse contexto, é válido questionar: até que ponto a tecnologia se torna mais uma ferramenta indispensável ao trabalho docente, em vez de constituir parte de uma cultura digital que tem favorecido as indústrias que a produzem?

Em países considerados de vanguarda educativa, tem sido questionada a validade prática desse comportamento com relação à aprendizagem e aos benefícios educativos. Por exemplo, a Suécia suspendeu a digitalização nas escolas e retornou ao uso do livro didático para evitar o risco de estar preparando gerações de analfabetos funcionais. O Ministério da Educação desse país suspendeu um plano ambicioso de digitalização do ensino após a nota do país despencar em exames que avaliam o desempenho de leitura, realizado com o Estudo Internacional de Progresso em Leitura (PIRLS), que revela os danos à aprendizagem trazidos pela política de digitalização da sala de aula. O mau desempenho é resultado da implementação de recursos digitais nas escolas de forma acrítica, desenvolvido em 15 anos, substituindo os livros físicos didáticos por computadores, tablets, aplicativos e plataformas tecnológicas. Alunos(as) perderam o hábito da leitura, professores(as) ficaram sem acesso a livros e as mães, pais e responsáveis não conseguiram ajudar seus(as) filhos(as). A decisão de abandonar o programa de digitalização foi

embasada em evidências científicas apresentadas por mais de 60 especialistas, que concluíram que todas as pesquisas sobre o cérebro em crianças mostraram que elas não se beneficiavam do ensino com base em telas (SINPRO – DF, 2023).

Outra circunstância é a condução compulsória do processo educativo, pelo professor, segundo variados interesses políticos, administrativos e legais, camuflados com intenções pedagógicas. A cada nova gestão executiva de governos das esferas federais e estaduais brasileiras, é comum presencermos mudanças, às vezes radicais, na educação, atingindo os diferentes níveis de ensino. Como exemplos, os professores já cumpriram determinações oficiais sobre a aprovação automática, a oferta de cursos de mestrado e doutorado profissionais, as bases nacionais comuns curriculares, o novo ensino médio, a introdução das tecnologias de informação e comunicação e outras decisões administrativo-pedagógicas, desdobradas em estratégias de ensino-aprendizagem, como nas metodologias ativas, tendo a gamificação, o ensino híbrido e salas de aula invertidas, na prática educativa.

Um exemplo a mais de transigência docente evidencia-se na política de avaliação brasileira que se apresenta na forma de um intenso disciplinamento e controle do trabalho docente, seja no ensino fundamental ou no superior. Em ambos os casos, tal política, por meio dos exames externos aplicados aos estudantes, promove comparações nacionais e internacionais entre instituições e professores, moldando-os e classificando-os segundo a lógica da qualidade educacional (Evangelista, 2015).

Metaforicamente, está o professor investido de uma função tal qual um dançarino contratado, submisso e demonstrando conhecimento e disposição para dançar, a qualquer momento, o tipo de música executada, visando a agradar o dono da festa, seus convidados e demais participantes, tendo em vista estar sendo pago para desenvolver sua especialidade conforme as exigências declaradas e as necessidades nem sempre reais.

Por último, mas não menos importante, configuradas como as mais antigas circunstâncias denunciadas, estão a intensificação e a precarização do trabalho docente. Paula e Sueth (2015) citam o estudo de Leher e Lopes (2008) com relação à intensificação do trabalho na pós-graduação *stricto*

sensu. Segundo estes últimos autores, no período de 1996 a 2006, o número de matrículas na graduação cresceu 52%, apresentando incremento considerável na pós-graduação: dados apontam para um crescimento de 71% para o mestrado e 179% para o doutorado. Estatísticas que registram a evolução do número de funções docentes, contudo, revelam crescimento bem mais modesto para o mesmo período: 23% para a graduação e 68% para a pós-graduação, o que significa que os docentes credenciados na pós-graduação tiveram uma intensificação extraordinária de sua jornada de trabalho, visto que não há contrato para docentes da pós-graduação. O indicador de crescimento real é o dos novos professores para a graduação, pouco superior a 20% na última década.

Ainda, segundo Paula e Sueth (2015), a intensificação do trabalho dos professores-pesquisadores das IFES, ao se considerarem a crescente relação do número de alunos por professores e as crescentes exigências quanto à produtividade acadêmico-científica vindas da Capes e do CNPq, prolonga sua jornada universitária para sua vida particular. Eles acabam por continuar, regularmente, em casa, as atividades inerentes ao trabalho na universidade, ocupando suas noites e fins de semana (Sguissard; Silva Júnior, 2009, p. 235).

A intensificação e a precarização do trabalho ganham destaque em uma realidade em que o tempo da economia determina o tempo da universidade, que segundo Sguissard e Silva Júnior (2009) acaba por transformar a prática universitária cotidiana que, dessa forma, vai construindo nova concepção de universidade sem resistência e com muita adesão passiva, em razão de como os professores encaram o processo de produção acadêmico-científico, em geral sem crítica acerca do modo como se organiza essa atividade.

Constituindo como precarização, as condições de trabalho apuradas por esses autores relacionam-se aos problemas identificados na infraestrutura, nos laboratórios, nas salas de aula, nos salários e planos de carreira. Sobre os espaços físicos, número insuficiente de funcionários para as atividades-meio, serviços de telefonia e equipamentos são precários e as soluções condicionam-se a projetos e a demandas individuais ou de grupos de pesquisa. Isso vai depender de esforços do pesquisador, configurando-se em uma forma de precarização (Sueth, 2017).

Ainda segundo Sueth (2017), o número reduzido de funcionários administrativos transfere para o professor muitas tarefas que em tese seriam realizadas pelos servidores, como a preparação gráfica das provas, de textos para leitura e discussão nas aulas, a inserção de notas eletronicamente, o preenchimento de formulários eletrônicos, o preenchimento do currículo *lattes*, relatórios de pesquisa e outros documentos exigidos, além dos investimentos para a compra de computadores, papel, impressora, *toner*, programas operacionais e antivírus. Pelo que parece, o tempo passou, mas os problemas se mantiveram na dimensão pública federal. Os professores da esfera privada confirmam a existência de precarização, que pode ser notada em diferentes situações, como as disputas internas de poder, a falta de colaboração entre professores, os processos de estigmatização e a grande quantidade de orientandos.

Considerações finais

As circunstâncias analisadas interferindo nas atividades profissionais do professor desdobram-se em formas de transigência docente que podem ser interpretadas como um evento desenvolvido no contexto das relações de poder que se manifestam na realidade educativa da atualidade. Cada uma dessas circunstâncias delineadas acaba, cada vez mais, por representar obstáculos diários que o professor precisa dar conta entre tantas outras dificuldades que surgem em seu cotidiano de trabalho. O professor se acomoda ou se submete, muito provavelmente, para evitar certas consequências que colocam em risco sua sobrevivência e a tranquilidade da qual não pode prescindir para desenvolver seu trabalho conscientemente.

Por meio dos fundamentos teóricos de Foucault e Deleuze, pelas evidências das pesquisas de Sueth e pelos registros da observação participante natural, foi possível compreender que o assujeitamento do professor não é somente o resultado de imposições externas pontuais, mas de um arranjo estrutural de dispositivos disciplinares e de controle, que conformam práticas, discursos e subjetividades docentes.

De acordo com o pensamento de Foucault, admite-se que os mecanismos de disciplina, vigilância e normalização continuam concentrados na

composição do trabalho docente, afetando o corpo, o tempo, a produtividade e as escolhas pedagógicas do professor. Esses mesmos mecanismos atuam na produção de pessoas ajustadas às expectativas institucionais, fazendo da subalternização um tipo de prática naturalizada e a transigência transformada em comportamento funcional ao sistema. Assim sendo, a perda da autonomia pedagógica e intelectual acaba se constituindo mais como um resultado direto dos processos de assujeitamento do que como resultado de decisões individuais isoladas.

Deleuze nos permitiu estender esse entendimento ao considerar o trabalho docente no contexto das sociedades de controle, levando-se em conta os mecanismos de avaliação contínua, de modulação permanente e da dissolução das fronteiras entre tempo de trabalho e tempo de vida. As políticas de produtividade, os sistemas avaliativos, o uso intensivo das tecnologias digitais e a lógica da formação permanente evidenciam a transição de um modelo disciplinar clássico para formas mais sutis e difusas de controle, tornando o professor um objeto de medida e comparação, o que acaba agudizando a precarização do trabalho e dificultando as possibilidades de resistência coletiva organizada.

As pesquisas de Sueth, articuladas ao longo do texto, demonstram como esses dispositivos se materializam em diferentes níveis e modalidades de escolarização, revelando situações recorrentes de transigência vinculadas à avaliação da pós-graduação, à imposição curricular, à perda de autonomia nas instituições privadas, à educação a distância, às políticas editoriais e à intensificação do trabalho docente. Os dados analisados indicam que tais circunstâncias tendem a ser naturalizadas pelos próprios professores, que, diante do risco de descredenciamento, desemprego ou estigmatização, adotam estratégias de adaptação e conformidade, mesmo reconhecendo os limites e as contradições do sistema.

Esses eventos vêm se consolidando e, por vezes, ampliando-se diante da inércia e da ausência de resistência com intervenções pontuais por parte dos professores e pelas entidades que os representam profissionalmente, favorecendo o desenvolvimento e o estabelecimento de uma realidade, cada vez mais difícil de ser enfrentada, pelas transigências convenientes e, por vezes, injustificáveis. Ameaças diretas ou subliminares traduzem-se no poder que

subordina, freia e impede o protagonismo de um personagem que também tem a atribuição de estimular, no outro, o desenvolvimento da capacidade crítica e emancipatória, e é um contrassenso não conseguir se libertar do cabresto que lhe controla.

Todavia, conforme indicam Foucault e Deleuze, o poder não se exerce sem resistência. Embora fragilizadas, as possibilidades de resistência persistem, ainda que de forma difusa e micropolítica, na reflexão crítica, na produção de pensamento autônomo e na problematização das práticas naturalizadas. Ao tornar visíveis os mecanismos que sustentam a transigência docente, este artigo contribui para o desvelamento das condições que limitam a autonomia profissional, criando condições teóricas e analíticas para a construção de alternativas.

O enfrentamento da transigência docente não pode ser reduzido a iniciativas individuais, mas requer ações coletivas, políticas institucionais e a reconfiguração das formas de gestão e avaliação do trabalho educativo. Reconhecer o professor como sujeito histórico, produtor de saber e agente crítico do processo educativo é condição essencial para a superação da lógica de subordinação analisada e para a reafirmação do caráter ético, formativo, autônomo e responsável da educação.

21

Referências

BRAGA, Mariza Alves. **A educação superior privada e o controle do trabalho docente**. 2015, 129f. (Tese de Doutorado). Programa de pós-Graduação em Educação. Universidade Federal Fluminense. Niterói, RJ.

CAPES – Coordenação de aperfeiçoamento de pessoal do ensino superior. **Reajustes das bolsas de tutores e professores** (20/02/2023). Disponível em <<https://www.pebsp.com/capes-confira-todos-os-reajustes-das-bolsas-de-tutores-e-professores-uab/>> Acesso em 14/08/2023.

DEJOURS, Christophe. **A loucura no trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho**. 5 ed. ampliada, São Paulo: Cortez-Oboré, 1992.

DEJOURS, Christophe. ABDOUCHELI, Elisabeth, JAYET, Christian. **Psicodinâmica do trabalho**: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho. Coordenação Betiol, M.L.S., São Paulo: Atlas, 2007.

DELEUZE, Giles. **Conversações (1972-1990)**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

EVANGELISTA, Simone Torres. O controle do trabalho docente no ensino fundamental e superior: Repercussões da política de avaliação. In PAULA, Maria de Fátima Costa de (Org.) **Políticas de controle social, educação e produção de subjetividades**. Florianópolis: Insular, 2015.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 2ed., Rio de Janeiro: Graal, 1981.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir** - Nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalhete. 42.ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**; história da violência nas prisões. 6.ed. Petrópolis: Vozes, 1988.

GARCIA, Paulo Sérgio. Avaliação da participação de professores na construção do currículo de ciências: fatores intervenientes no condicionamento dos avanços.

22 **Revista e-Curriculum**. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, Brasil. Vol. 15, núm. 1, enero-marzo, 2017, pp. 103-124.

GOFFMAN, Erving. **Estigma** – Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada. Tradução Mathias Lambert. Publicação: 1891. Digitalização: 2004. Disponível em <http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/92113/mod_resource/content/1/Goffman%3B%20Estigma.pdf> Acesso em 18/11/2015.

LEHER, Roberto; LOPES, Alessandra Piedras. Trabalho docente, carreira, autonomia universitária e mercantilização da educação. In: MANCEBO, Deise; SILVA JR, João dos Reis; OLIVEIRA, João Ferreira de (Org.). **Reformas e políticas**: educação superior e pós-graduação no Brasil. Campinas: Alínea, 2008, p. 73-96.

MACHADO, Roberto. Por uma Genealogia do Poder. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 2ed., Rio de Janeiro: Graal, 1981, p. IX – XXV.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Portaria n° 2.117**, de 6 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior - IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino.

OXFORD LANGUAGES AND GOOGLE DICTIONARY. **Dicionário on line.** Disponível em <<https://languages.oup.com/google-dictionary-pt/>> Acesso em 19/06/23.

O GLOBO. **Sob novas regras curriculares, universidade no Texas orienta professor a retirar Platão de disciplina.** Disponível em <<https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2026/01/09/sob-novas-regras-curriculares-universidade-no-texas-orienta-professor-a-retirar-platao-de-disciplina.ghtml>> Acesso em 11/01/2026.

PAULA, Maria de Fátima Costa de; SUETH, Robson. Política de controle do trabalho intelectual na pós-graduação. In PAULA, Maria de Fátima Costa de. **Políticas de controle social, educação e produção de subjetividade.** Florianópolis: editora Insular, 2015, p.109-142.

PRIBERAM. **Dicionário on line.** Disponível <<https://dicionario.priberam.org/translate>> Acesso em 19/06/2023.

QUARTIERO, Elisa Maria; CERNY, Roseli Zen. Universidade Corporativa: uma nova face da relação entre mundo do trabalho e mundo da educação. In: QUARTIERO, Elisa Maria & BIANCHETTI, Lucídio. (Orgs.) **Educação corporativa:** mundo do trabalho e do conhecimento: aproximações. São Paulo: Cortez, 2005.

23

SGUSSARDI, Valdemar; SILVA JÚNIOR, João dos Reis. **Trabalho intensificado nas federais:** pós-graduação e produtivismo acadêmico. São Paulo: Xamã, 2009.

SINPRO/DF – Sindicato dos professores do distrito federal. Disponível em <<https://www.sinprodf.org.br/de-volta-aos-livros-suecia-recua-na-digitalizacao-de-escolas-apos-resultados-astroso/#:~:text=Autoridades%20conclu%C3%A3o%20que%20digitaliza%C3%A7%C3%A3o%20da%20sala%20de%20aula>> Acesso em 14/08/2023.

SUETH, Robson. Disciplina, controle e educação: trabalho docente e desdobramentos na Pandemia. In PAULA, Maria de Fátima Costa de; ARREGUY, Marília Etienne; SUETH, Robson (Orgs.). **Resistência como prática de liberdade na educação:** reflexões foucaultianas. Ponta Grossa. PR: Atena, 2023.

SUETH, Robson. **Controle do trabalho docente na pós-graduação stricto sensu:** análise das políticas de avaliação e desdobramentos profissionais. 2017, 441f. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ.

Prof. Dr. Robson Sueth
Universidade Federal Fluminense (Niterói, Brasil)
Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Superior (NEPES)
Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8452-1433>
E-mail: professorsueth@ig.com.br

Recebido em 25 ago. 2025

Aceito em 5 jan. 2026



Este trabalho está licenciado sob uma licença Creative Commons Attribution-Non-Commercial-ShareAlike 4.0 International License.